

Inf. AEPLAN nº 0281/2022

**Ref.: Plano Plurianual  
Planejamento dos Investimentos de Grande Porte**

À Secretaria Geral/ Comissão de Orçamento e Patrimônio,

Informamos que a Aeplan em conjunto com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário – PRDU elaborou critérios para análise e acompanhamentos dos recursos da Reserva Estratégica da Universidade, que correspondem ao saldo financeiro de recursos orçamentários disponíveis e aplicados em instituição financeira.

UNICAMP - EVOLUÇÃO DO SALDO DE DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS  
ORIGEM ORÇAMENTÁRIA (1)  
Janeiro/2010 a Dezembro/2021



(1) Valores Nominais. Posição no último dia útil do mês

A partir do exercício de 2015, a Universidade utilizou parte do saldo financeiro para cobertura dos déficits orçamentários, devido ao impacto negativo da crise financeira sobre as Receitas do Tesouro do Estado (RTE) paulista e, em particular sobre a arrecadação do ICMS. No período 2015-2019 as despesas superaram as receitas, o que obrigou a utilização de parcela significativa dos recursos disponíveis em caixa para a manutenção das atividades da Universidade.

A pandemia do Coronavírus aprofundou as tendências negativas do quadro econômico explicitadas na forte queda de arrecadação do ICMS em São Paulo no início de 2020. No segundo semestre de 2020, em virtude dos programas de apoio e das políticas públicas adotados, houve uma melhora na arrecadação e nas receitas da Universidade. Por outro lado, as despesas foram fortemente restringidas pela Lei Complementar 173, sobretudo os gastos com folha de pagamento, progressão na carreira e contratação de servidores. Assim, a Universidade terminou o ano com equilíbrio entre as receitas e as despesas.

Em 2021, a Universidade manteve rígidas normas sanitárias para o enfrentamento da pandemia com a manutenção de boa parte de suas atividades docentes, de pesquisa e administrativas na forma remota. A exceção coube às atividades na área de saúde que se intensificaram e permaneceram na forma presencial. As despesas na área de saúde se elevaram, mas as demais despesas da Universidade se contraíram de forma significativa, o que resultou em despesas gerais em 2021 inferiores as de 2020. Por outro

lado, as receitas seguiram com forte crescimento, puxadas pela alta inflacionária e pelo expressivo aumento dos preços controlados (combustíveis, energia elétrica).

Diante deste cenário, o ano de 2021 foi completamente atípico do ponto de vista das contas da Universidade. As receitas em expansão, despesas gerais restringidas pela necessidade de atividades remotas e a impossibilidade legal de ampliação de despesas associadas à folha de pagamento permitiram a geração de expressivo saldo financeiro e um acúmulo de reserva financeira ao longo de todo o exercício. Dessa forma, a Universidade fechou o exercício com o saldo financeiro de recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,097 bilhões.

#### Quadro I. Saldo financeiro 2015-2021 (em R\$)

| <b>Saldo Financeiro - Variação Anual</b> |                  |
|--|------------------|
| 2015                                     | -R\$ 61.233.337  |
| 2016                                     | -R\$ 208.262.704 |
| 2017                                     | -R\$ 188.572.893 |
| 2018                                     | -R\$ 120.744.375 |
| 2019                                     | -R\$ 68.270.399  |
| 2020                                     | R\$ 858.642      |
| 2021                                     | R\$ 774.650.572  |

Fonte: Aeplan

O acúmulo das reservas financeiras impõe um planejamento de longo prazo para a utilização dos recursos. Na aprovação da Proposta Orçamentária de 2022 foi

considerada a necessidade de elaboração de um Plano Plurianual de Investimentos, para subsidiar as decisões e propostas de distribuição orçamentárias nos próximos anos.

O Plano Plurianual de Investimentos tem como proposta a utilização de parte dos recursos disponíveis no saldo financeiro para financiar projetos e obras que envolvem grandes volumes de recursos, nem sempre possíveis de serem contemplados nas propostas de distribuição orçamentárias anuais, e/ou que precisaram ser paralisados ou contingenciados durante o período de crise orçamentária.

Ressaltamos que a proposta tem como princípio fundamental preservar uma reserva financeira de segurança para enfrentarmos momentos futuros de dificuldades e incerteza, como por exemplo de quedas abruptas de arrecadação, como acontecido em 2019-2020.

O fundamental para pensarmos no longo prazo é a tranquilidade e segurança que possamos ter no curto prazo. Devido à reserva financeira de segurança foi possível atravessar o período de crise econômica e de pandemia sem efetuar planos de demissão, proibição total de contratações ou atrasos de obrigações legais. Por isso, propomos que a Universidade mantenha como reserva financeira de segurança três folhas de pagamento, o que corresponde à aproximadamente R\$ 630 milhões.

Outra parcela da reserva financeira deverá ser destinada para arcar os recursos necessários para os investimentos autorizados para órgãos da universidade e unidades de ensino em propostas de distribuição orçamentárias (PDO) de anos anteriores,

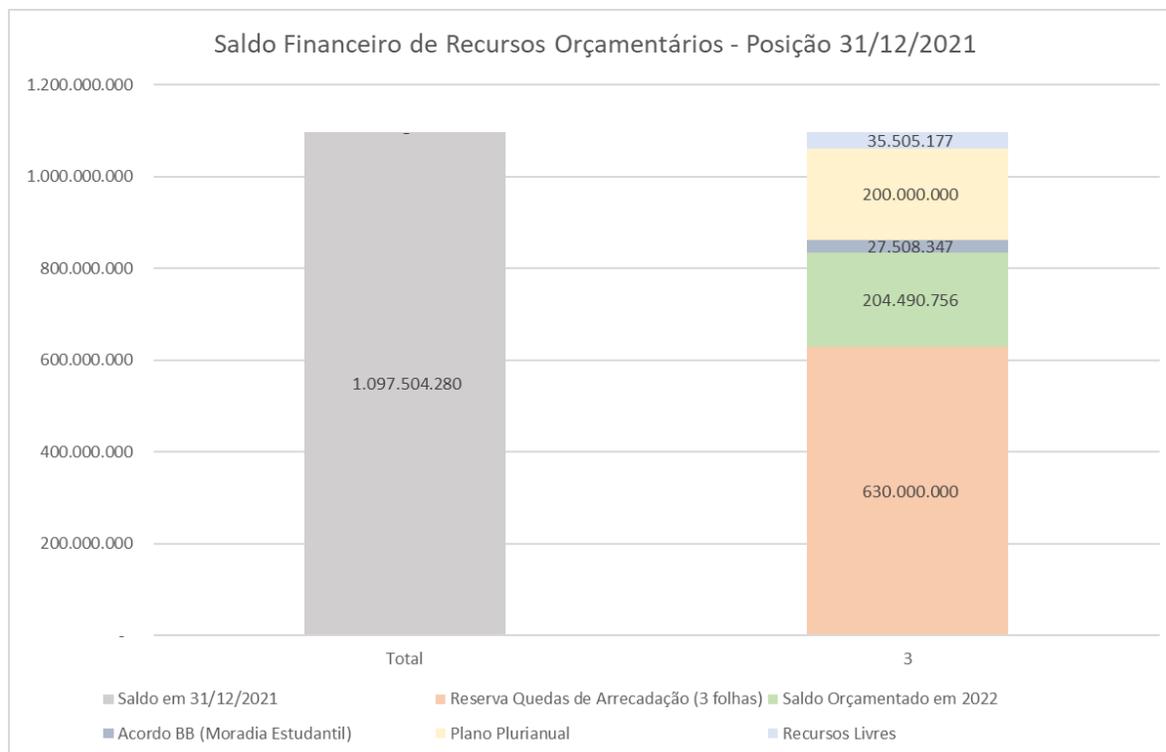
mas que ainda não foram empenhados. O valor total de R\$ 204,491 milhões é representado pelo Grupo X, denominado de créditos a conceder equivalentes aos valores dos saldos de dotação não empenhados em exercícios anteriores, apresentados em PDO anteriores e aprovados no Conselho Universitário.

Em dezembro de 2021, a Universidade recebeu a primeira parcela oriunda do Termo de Adesão assinado pela Universidade no 2º Termo de Aditamento ao acordo de Parceria Institucional Banco do Brasil e Governo do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 27,508 milhões. A proposta da administração superior da Universidade é destinar a utilização desses recursos para bolsas, reformas, manutenção e obras na Moradia Estudantil.

Visando o futuro da Universidade com a melhoria e expansão de sua infraestrutura, propõe-se a destinação de recursos da reserva financeira para investimentos de grande monta, que não são possíveis de serem financiados com recursos anuais destinados atualmente para as obras e reformas priorizadas pela DEPI. Os investimentos de grande porte seriam tratados de forma separada com a utilização dos recursos já disponíveis, mas que a sua execução ocorra em vários anos. A proposta é a destinação de R\$ 40 milhões anuais, pelos próximos 5 anos, para esses projetos, totalizando R\$ 200 milhões.

O quadro a seguir ilustra o comprometimento das reservas financeiras de recursos próprios da Universidade, desconsiderando recursos de convênios com destino e objetos já definidos.

### Quadro II. Distribuição da Reserva Financeira (em R\$)



Fonte: AEPLAN.

Ressaltamos que os recursos disponíveis no Quadro II são sobras orçamentárias de recursos não executados em anos anteriores, por isso somente poderão ser tratados para investimentos e obras específicas já determinadas. As despesas de cunho permanente ou contínuas deverão ser executadas com os recursos provenientes das receitas do exercício e, portanto, deverão ser tratadas na proposta orçamentária e suas revisões regulares.

O Plano Plurianual de Investimento aqui apresentado será acompanhado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário em conjunto com a Assessoria de Economia e Planejamento e será apresentado a essa Comissão de Orçamento e Patrimônio em todo o Fechamento orçamentário de ano anterior e sempre que houver uma mudança drástica de cenário.

Dessa forma, encaminhamos a COP para análise e deliberação da proposta apresentada, a fim de retomar os grandes investimentos na Universidade. A aprovação de recursos financeiros e orçamentários, para realização dos projetos e obras, que trata esse documento, deverá seguir todos os trâmites atuais de aprovação da Universidade, com encaminhamento à Comissão de Planejamento Estratégico e Institucional – COPEI e com assessoramento da Diretoria Executiva de Projetos Institucionais – DEPI.

AEPLAN, 22 de fevereiro de 2022

**THIAGO BALDINI DA SILVA**  
**Diretor de Planejamento Econômico**  
**Assessoria de Economia e Planejamento**  
**Matr. 29.918-6**

---

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Baldini da Silva, DIRETOR DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO**, em 22/02/2022, às 15:00 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[sigad.unicamp.br/verifica](http://sigad.unicamp.br/verifica), informando o código verificador:  
**EAFDFA0E 7AB742A9 9B4AC6EF 7F491B8C**

